



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 21

-----Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **José Francisco Calado Banha** -----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Estiveram ausentes os vereadores Maria de Fátima Branco Roberto Ourives e José Gonçalo Garradas Valente -----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi justificada a falta da vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives e do vereador José Gonçalo Garradas Valente à presente reunião.(doc.01 e 02/21)-----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

-----De acordo com os artigos 78º e 79º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro foi convocado para substituir a vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives, o vereador José Francisco Calado Banha.-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia treze de agosto de dois mil e catorze. -----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

-----Diocese de Beja - Proposta de Protocolo sobre Edifício na Rua da República, em Amareleja -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta - Imposto Municipal Sobre Imóveis-----

-----Proposta - Participação Variável no IRS-----

-----Proposta de Derrama -----

-----Proposta de Acordo de Execução, de Contrato Interadministrativo e de Programa de Apoio às Localidades do Concelho com a União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador -----

-----Proposta de Acordo de Execução, Contrato Interadministrativo e de Programa de Apoio às Localidades do Concelho com a Freguesia de Amareleja-----

-----Proposta de Acordo de Execução, Contrato Interadministrativo e de Programa de Apoio às Localidades do Concelho com a União das Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração-----

-----Proposta de Acordo de Execução, Contrato Interadministrativo e de Programa de Apoio às Localidades do Concelho com a Freguesia de Sobral da Adiça -- -----

-----Proposta de Acordo de Execução, Contrato Interadministrativo e de Programa de Apoio às Localidades do Concelho com a Freguesia da Póvoa de São Miguel - -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de Acordo Tripartido a assinar com a Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos e com a Herdade da Contenda, E.M.-----

-----Proposta de Protocolo com o Moura Atlético Clube -----

-----Proposta de Aquisição de Bens Imóveis / Aditamento e Ratificação de Contrato Promessa de Contrato de Compra e Venda -----

-----Proposta de Acolhimento de Microempresas sito no Parque Tecnológico de Moura - -----

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----XXXIV Feira do Artesanato de Moura / V Mostra de Aromas e Sabores 11 a 14 de setembro de 2014 - Normas de Participação no Concurso de Petiscos-----

-----Proposta de Aprovação do Programa da XXXIV Feira do Artesanato de Moura e V Mostra de Aromas e Sabores 11 a 14 de setembro de 2014 -----

-----DIVISÃO DA CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO -----

-----Proposta de Apoio Financeiro à Casa do Povo de Safara no âmbito do Programa OTL/2014, durante os meses de julho e de agosto-----

-----DIVISÃO AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO -----

-----Proposta de Apresentação de Candidaturas ao Programa "ERASMUS" + Juventude em Ação no âmbito do Programa "Mais Jovem"-----

-----Proposta de Auxílios Económicos - Livros e Material Escolar - Ano Letivo 2014-2015 para os Alunos do 1.º Ciclo -----

-----DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Empreitada de Construção do "Pavilhão Solar" na Escola das Cancelinhas em Amareleja / Alteração do Plano de Trabalhos e Plano de Pagamentos -----

-----Empreitada de Reabilitação do Edifício do Antigo Matadouro para Museu Municipal de Moura - Suspensão Parcial dos Trabalhos do Revestimento Superior da Cobertura -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Presidente deu início a este período prestando uma informação de ordem administrativa e legal sobre a recente publicação da lei nº53/2014 de 25 de agosto que se refere ao Fundo de Apoio Municipal, a qual faria chegar aos vereadores para consulta e utilização futura. Esclareceu tratar-se de uma lei que se reporta aos mecanismos de financiamento para as Câmaras Municipais que se encontram em situação mais difícil e que embora funcione como um fundo de capitalização, de alguma forma iria afetar os munícipes em termos de capacidade quer financeira, quer operacional no decurso do próximo ano. Informou ainda que faria chegar aos vereadores um documento "Resumo de Acordo de Parceria para Portugal 2014/2020", dado o seu interesse, pois configura e dá as grandes linhas daquilo que será o acordo de parceria entre a Comissão Europeia e o Estado Português e que de certa forma condicionaria a vida de todos para os próximos anos. Seguidamente transmitiu aos vereadores que a Câmara Municipal tem vindo a manter contactos permanentes com o Centro Social de Amareleja, ainda no âmbito do testamento de Francisca Marques Ferro sobre o qual subsistiam dúvidas, nomeadamente sobre depósitos feitos a favor do Centro Social referentes a cheques aos anos de 2002, 2003 e 2004 que somam o valor de duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e dez euros e setenta e sete cêntimos, voltando a manifestar toda a disponibilidade no sentido de colaborar com o referido Centro sobre esta matéria. Para finalizar o Presidente da Câmara apresentou uma moção de apoio e a solidariedade aos rendeiros que exploram parcelas do Estado na Herdade dos Machados, alguns dos quais estão novamente ameaçados de ficar sem a terra que trabalham arrendaram ao Estado há mais de trinta anos, cujo texto passou a ler. (doc.03/21) -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Relativamente ao documento em apreço, o Presidente acrescentou que a situação mais complicada e a que tem sensibilizado de todos de uma forma particular seria que, a reversão destas extensões de terra para os antigos proprietários não se viria a traduzir num aumento da força de trabalho, nem no aumento da riqueza, pois os métodos utilizados actualmente nos olivais intensivos e superintensivos baseiam-se numa mão-de-obra muito limitada quer em termos numéricos, quer em tempo de uso, situação contrária ao que se verifica na Herdade dos Machados, que se traduzia num conjunto significativo de famílias que ainda teriam uma parte importante da produção centrada naquelas terras, tendo a Câmara Municipal entendido que esse princípio deveria ser reforçado e dinamizado em termos da economia local. Justificando assim a moção apresentada e a realização da reunião extraordinária de Câmara no próximo dia 1 de setembro que iria ter lugar precisamente naquele local. -----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para relevar a importância da moção apresentada pelo Presidente da Câmara, aludindo que, de forma especial a mesma lhe dizia respeito porque durante seis anos havia estado na Herdade dos Machados a instalar cerca de 134 famílias com as quais havia trabalhado durante esse tempo, manifestando total solidariedade com a posição da Câmara Municipal, embora considere que alguns termos como a alocação pilhar, entre outros, não são os mais corretos, por uma questão de educação, nossa, os mesmos não inviabilizariam a aprovação da Moção. -----

-----A moção foi assim aprovada por unanimidade dos presentes. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

RESUMO DIÁRIO

-----DOC. 04/21 -----

-----Foi presente resumo diário n.º 156, da Tesouraria, referente ao dia 26/08/2014, que regista um saldo de 1.395.460,60€, em Operações Orçamentais. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

TOMADO CONHECIMENTO

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA REALIZADA NO DIA TREZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E CATORZE

DOC. 05/21

Após análise e discussão da ata n.º 20 referente à reunião ordinária de 13/08/2014, foi a mesma colocada à votação e aprovada por quatro votos a favor com duas abstenções do Presidente da Câmara Municipal e do vereador José Francisco Banha por não terem participado na mesma.

TOMADO CONHECIMENTO

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

DIOCESSE DE BEJA - PROPOSTA DE PROTOCOLO SOBRE EDIFÍCIO NA RUA DA REPÚBLICA, EM AMARELEJA

DOC.06/21

Na sequência de uma reunião realizada com a Comissão Fabriqueira de Amareleja, foi presente, para conhecimento, ofício enviado pela Diocese de Beja em que demonstra disponibilidade acerca da proposta de protocolo sobre o edifício localizado na Rua da República em Amareleja.

TOMADO CONHECIMENTO.

PRESIDÊNCIA

PROPOSTA - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

DOC.07/21

Foi presente proposta subscrita pelo Presidente da Câmara, a submeter à apreciação do Órgão Executivo, a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2014, a cobrar em 2015:

- 0,6% para os prédios urbanos a que se refere o art.º 16º do CIMI e de:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

- 0,3% para os prédios urbanos a que se refere o n.º 2 do art.º 15º do mesmo decreto. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR QUE SE FIXE A TAXA DO IMI EM 0.6% PARA OS PRÉDIOS URBANOS DE ACORDO COM O ARTIGO 16º DO CIMI E 0.3% PARA OS PRÉDIOS URBANOS DE ACORDO COM O Nº 2 DO ARTIGO 15º DO MESMO DECRETO RESPEITANTE AO ANO DE 2014, A COBRAR EM 2015 E SUBMETTER A PROPOSTA À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**PROPOSTA - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**-----

-----**DOC.08/21**-----

-----Foi presente proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, relativa à participação variável no IRS prevista no nº 1 do art.º 26º da Lei 73/2013, para o ano de 2014 de 5%, calculada sobre a colecta líquida das deduções previstas no nº 1 do art.º 78º do Código do IRS, e ainda com base no termos do nº 2 do art.º 20º da citada Lei, que o município informe a Direção Geral dos Impostos desta decisão.-----

-----Relativamente ao assunto supramencionado, pediu a palavra o vereador António Gomes lembrando uma intervenção feita por si, em dezembro passado, sobre a matéria em discussão, em que na altura foi proposto que fosse dado um sinal de alguma alteração do ponto de vista fiscal naquilo que seria a competência da Câmara no que concerne aos empresários e municípios em geral. Lembrou que essa sua intervenção ia no sentido de que a Câmara pudesse abdicar de uma parcela desse valor que poderia vir a ter peso significativo e impulso na economia local, que poderia ser utilizada de várias maneiras, nomeadamente como um instrumento de apoio à atracção de técnicos e empresários para o concelho, e consequentemente usado como instrumento privilegiado no fomento do desenvolvimento económico e naturalmente na promoção do emprego, e tendo em conta assim que a carga fiscal constitui sempre um dos elementos ponderadores dos agentes económicos considerados quer individualmente, quer no seu conjunto. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Partido Socialista, mencionou, teria um compromisso para com os eleitores do concelho, em que entendia iniciar a devolução de uma parcela do IRS aos contribuintes, cuja totalidade seria apenas de 4,5% em vez de 5%, o que no actual contexto seria também uma forma das famílias verem reduzida a sua carga fiscal. Assim sendo, referiu, a proposta em análise significava que a Câmara pretendia receber a totalidade daquilo que a lei lhe permitia receber, pelo que os vereadores do Partido Socialista, em seu entender, não poderiam votar favoravelmente a presente proposta, pelo que mantinham a anterior pretensão, de que fosse ponderada a questão. -----

-----O Presidente começou por referir que a presente proposta da participação variável no IRS apresentava um valor que andaria pelos duzentos e trinta mil euros, pelo que é naturalmente sabido que parte significativa daquilo que são as receitas do município tem a ver com a participação dos impostos do Estado, e não aquilo que por vezes é dito de forma errada: “o dinheiro que o Governo dá à Câmara”, pois este recebe, à semelhança do que as Câmaras recebem uma parte dos impostos do Estado, que é aquilo que a Câmara necessita para fazer investimento, inclusivamente investimento na área social. O Presidente fez ainda referência a uma matéria muitas vezes recorrente na opinião pública, que se prendia com os empréstimos aos quais a Câmara recorre para fazer investimento, frisando que esta contrai de facto empréstimos recorrendo à banca, sendo em seu entender uma lógica um tanto ou quanto ilógica, durante vários anos sofrer-se penalizações do ponto de vista de capacidade de investimento, com cortes nas receitas que nos são determinados. Referiu que posteriormente quando a Câmara precisa recuperar uma parte da capacidade de investimento, essa seria feita à custa de taxas de juro que andam pelos 5,5% a 6%, o que significa uma outra injustiça porque os bancos quando se financiam, para financiarem clientes, não se financiam por esses valores, mas sim a taxas significativamente inferiores. Em resposta ao vereador António Gomes relativa à contra proposta por este apresentada relacionada com a matéria do desemprego, salientou não ser o mesmo a soma da capacidade empregadora de cada município, caso contrário, o desemprego



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

a nível nacional seria a soma de todos os municípios a dividir por trezentos e oito, não sendo isso que se verifica, existindo outros factores bem mais graves que contribuem para o desemprego. Por fim referiu ainda uma outra matéria preocupante no prescindir das verbas, o caso do “Robin dos Bosques” ao contrário, os que se encontram isentos de IRS não seriam beneficiários de coisa nenhuma, logo quem iria beneficiar seriam naturalmente aqueles que mais pagam de IRS que são também aqueles que mais recebem, sendo essa uma lógica que esta Câmara Municipal nunca perfilhou, nem nunca se reviu nela. Voltou a frisar não ser esta uma questão de boa ou má vontade do executivo, mas sim uma questão de quase impossibilidade, tendo plena consciência de que na Assembleia Municipal poder-se-ia decidir de uma forma completamente diferente, contudo isso acarretará seguramente reflexos naquilo que é a vida social do concelho. Concluiu que a Câmara Municipal tem vindo a fazer cortes nalgumas matérias, no entanto garantiu que uma das áreas definidas como prioritárias seria a social, no plano da habitação social e na recuperação de habitações em todas as localidades do concelho. -----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra para complementar, face àquilo que havia sido a sua intervenção, que como seria compreensível os vereadores do Partido Socialista iriam votar contra a proposta apresentada, e, sem prejuízo de concordar com as afirmações do Presidente, haveria uma parte com a qual não concordariam, pois o entendimento daquilo que seria tido como desenvolvimento da economia local não poderia estar unicamente dependente daquilo que seria o investimento da Câmara, daí que na perspectiva dos vereadores do Partido Socialista, essa medida juntamente com algumas outras iriam no sentido de devolver recursos aos empresários e aos munícipes em geral, para que esses pudessem assumir o seu papel de empreendedores e dinamizadores da economia local. -----

-----O Presidente interveio para referir que entendia a lógica do voto contra dos vereadores na presente proposta, quando referem que as empresas passam por dificuldades, no entanto também as Câmaras Municipais passam por idênticas dificuldades, nomeadamente por via do corte que têm vindo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

sofrer na receita e por situações complicadas e de uma “geometria” difícil de resolver, ou seja, desde o ano de 2012 que existe a Lei dos Compromissos, logo a capacidade de “manejar” o orçamento muito inferior à de antigamente, a legislação vai-se tornando mais apurada e exigente a todos os níveis, dando como exemplo os padrões de segurança actualmente exigidos ao nível dos transportes escolares que nada têm a ver com os do passado; o envelhecimento do parque automóvel, existindo dentro em breve a necessidade de proceder a uma renovação que passará pela necessidade de mobilizar recursos financeiros, existe ainda a impossibilidade de, por via da referida lei, adquirir um novo autocarro para o transporte de crianças ou comprar um novo carro para o lixo, sendo que este último hoje em dia apresenta parâmetros e padrões de exigência que também não se comparam com o que existem há anos atrás. Logo, referiu, esta progressiva complexidade legislativa não vem acompanhada por uma flexibilização daquilo que são as capacidades da Câmara movimentar o orçamento, acrescentando ainda que a Câmara iria sofrer um corte por via da aplicação da Lei do Fundo de Apoio Municipal, que em sua opinião havia sido um “barrete” que a ANMP “enfiou”, sendo que, a proposta inicial do Governo seria de 70% do valor de comparticipação dos Municípios e 30% do valor de comparticipação do Governo, o que acabaria por ficar em 50% por 50%, havendo no actual momento Câmaras Municipais em situações particularmente complicadas e outras que futuramente poderiam ficar em idêntica situação.-----

-----DELIBERADO, POR TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A PROPOSTA SUPRAMENCIONADA BEM COMO INFORMAR A DIREÇÃO GERAL DOS IMPOSTOS DA PRESENTE DELIBERAÇÃO.-----

-----DELIBERADO AINDA SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE DERRAMA-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DOC.09/21 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente, a submeter à apreciação do Órgão Executivo, a fixação da seguinte derrama respeitante ao ano 2014:-----

- 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) ao abrigo do n.º1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;-----

- 0.5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000,00 € ao abrigo do nº 4 do artigo 18º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.-----

-----**DELIBERADO, POR TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA À FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2015.**-----

-----**DELIBERADO AINDA SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO, DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E DE PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA (SANTO AGOSTINHO E SÃO JOÃO BATISTA) E SANTO AMADOR**-----

-----DOC.10/21 -----

-----Tendo em conta o enquadramento legal relativamente à delegação de competências entre o Município e as Freguesias e considerando o interesse no estabelecimento de formas de cooperação, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, de acordo de execução, de contrato interadministrativo e de programa de apoio às localidades do concelho com a União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador.-----

-----**No contexto do presente documento o Presidente esclareceu que todas as propostas haviam sido negociadas com as Juntas de Freguesia, no caso concreto da presente proposta com a União de Freguesias de Moura e**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Santo Amador. Referiu a existência de matérias que haviam sido retiradas por pedido expresso da Junta de Freguesia nomeadamente no anexo referente ao Contrato Interadministrativo em que se falava em: Estradas e Caminhos Municipais em que o Presidente da junta pediu que ficassem apenas os Caminhos e não as Estradas, de resto foram feitas apenas duas alterações de fundo, uma que teria a ver com o aumento de comparticipação por sala, e que foi aumentado a partir de 2009 à taxa de inflação anual, e, o mesmo para as bermas e valetas, que passou de cento e quarenta euros para cento e cinquenta e dois euros. Mais aludiu o Presidente sobre uma alteração geral abrangente a todas as freguesias de, em vez de se considerar uma taxa de 25% pela facturação da água, o fosse pela cobrança da água, o que foi aceite de forma pacífica por todos os intervenientes. Foi ainda transmitido a todas as Juntas de Freguesia que a verba anteriormente atribuída, que era paga por duodécimos, não seria majorada, ou seja, o que seria feito seriam contas a partir daquilo que seria atribuído a todas as freguesias, passando a incluir-se nessas contas também a Amareleja. Concluiu salientando que a ideia passa por partir para um plano mais realista de apoio às freguesias e de fazer algo mais complicado que será o “limpar a casa” do que estaria a montante e das dívidas que existem e que são reconhecidas às freguesias. -----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena que disse ter registado com agrado que os três documentos consagrariam as delegações de competências e outros apoio àquilo que são as competências próprias das juntas de freguesia tendo chegado a “bom porto” embora não deixassem os vereadores do Partido Socialista de registar que gostariam de ter visto esta situação resolvida mais cedo, reconhecendo no entanto, não ser uma matéria fácil. Referiu ainda que de uma forma global e transversal a todos, concretamente no que respeitaria a cada uma das freguesias, gostaria que de no documento estivesse previsto o número de escolas existentes bem como o respectivo número de salas. Quanto ao valor dos cento e cinquenta e dois euros por metro linear, a ser empregue na limpeza e conservação de bermas e valetas, referiu ser um valor que lhe concederia algum “desconforto”, pois em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

seu entender este seria um valor justo nalgumas situações e menos justo em outras. Para além disso, o vereador mencionou ainda o valor limite imposto a cada junta de freguesia sendo o caso concreto em análise a de Moura e Santo Amador, em que o montante de sete mil cento e cinquenta euros apresentado daria apenas para a limpeza e conservação de quarenta e sete metros lineares, valor esse que não seria difícil esgotar, sendo que na sua perspectiva este não se apresentaria da melhor forma. Continuou o vereador com a análise à área da cobrança da água, fazendo menção à anterior explicação do Presidente sobre a base dos valores cobrados, no entanto referiu que os valores de cobrança na actualidade não correspondem ao real consumo de água face àquilo que é o estado em que se encontram noventa e tal por cento dos contadores avariados, tendo executado um exercício que deixava à consideração referente a Santo Amador como exemplo, para trezentas e cinquenta e uma habitações, em que, partindo do princípio que os dados que obteve estariam certos daria de acordo com o valor atribuído sete euros e oitenta e três euros por habitação. No entanto chegando a uma outra freguesia, que seria a Amareleja já daria um valor na ordem dos nove euros e quarenta e três cêntimos referentes às cerca de mil setecentas e dezassete habitações da localidade; já no que respeita a Safara e Santo Aleixo da Restauração, para mil quatrocentas e noventa e sete habitações, este valor seria equivalente a doze euros e trinta cêntimos por habitação. Face ao referido reconhecia as dificuldades que o Presidente poderia vir a ter face ao mau funcionamento dos contadores. -----

-----O Presidente tomou a palavra para sublinhar que, com excepção do processo da freguesia de Amareleja, tudo o que constava dos documentos em causa havia sido alvo de negociação e aceitação por parte dos presidentes de junta de freguesia, logo estes valores haviam sido aceites e teriam por base a referência de anos anteriores apenas sofrendo actualizações; no que respeita ao número de salas não existia qualquer dificuldade em fornecer esses dados, bastando dividir aquilo que seria o financiamento global para se apurar o número de salas existentes em cada freguesia. Mais informou terem existido

13



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

questões de grande flexibilidade por parte das freguesias, e acordos em algumas matérias que embora não se encontrem expressas no documento se resolvem seguindo os princípios de boa-fé entre as partes. A questão dos cento e quarenta euros que haviam sido alterados para os cento e cinquenta e dois, evidentemente que divididos pelo número do financiamento dará para meia dúzia de metros objectivamente falando, no entanto, este valor global, a maioria das vezes acabam por ser alvo de negociações por parte das juntas com os prestadores de serviços que lhes fazem esses arranjos, acabando este por ser um valor compensatório, tendo por guia o número de metros existentes por freguesia. Mais acrescentou o Presidente que a freguesia de Sobral da Adiça detém quatro vezes mais metros de estrada e caminhos municipais que a freguesia de Amareleja, a freguesia de Santo Aleixo da Restauração é das que mais possui volume de estradas, à semelhança da freguesia de Póvoa de S. Miguel reflectindo-se isso naquilo que são os valores.

-----No que respeita ao número de contadores de água, continuou o Presidente, não seriam os noventa por cento referidos mas sim um valor inferior a isso, aludindo de facto a existência de problemas a esse nível. Contudo frisou a Câmara neste momento para proceder à substituição de contadores precisaria de uma verba significativa disponível. Já no que respeita ao cálculo mencionou, não ter sido o mesmo realizado através do número de habitações que à semelhança de outros cálculos feitos em função de facturações de água anteriores, havendo sido estabelecido um padrão de valores daquilo que seriam os respeitantes a cada freguesia. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA (SANTO AGOSTINHO E SÃO JOÃO BATISTA) E SANTO AMADOR. -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E DE PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A FREGUESIA DE AMARELEJA-----

-----DOC.11/21 -----

-----Tendo em conta o enquadramento legal relativamente à delegação de competências entre o Município e as Freguesias e considerando o interesse no estabelecimento de formas de cooperação, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, de acordo de execução, de contrato interadministrativo e de programa de apoio às localidades do concelho com a Freguesia de Amareleja.--

-----No contexto da proposta supramencionada o Presidente começou por esclarecer que o Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja havia pedido para que fossem retiradas do contrato interadministrativo as estradas por não estar de acordo com a matéria, à semelhança do Acordo de Execução em que pretendia um financiamento suplementar para fazer face às despesas da limpeza urbana, mostrando ainda algumas dúvidas em relação aos valores do programa de apoio à freguesia que lhe pareciam ser demasiado baixos. Explicou o Presidente que o apoio às freguesias não seria dado numa base de capitação pura mas sim descontando-se daquilo que seria o valor a atribuir e aquilo que seriam as receitas próprias da freguesia, sendo esta um caso em que tem o valor das rendas do terreno da Central Fotovoltaica, logo esta acabaria por ficar numa situação mais vantajosa, não havendo um princípio de solidariedade entre todas as freguesias. Todas estas questões referiu, haviam sido colocadas por escrito e enviadas ao Presidente da Junta de Freguesia sem que se obtivesse qualquer resposta por escrito da parte dessa, transmitiu ainda que no dia vinte e seis do corrente o Presidente havia entrado em contacto com o Presidente da Assembleia de Freguesia que referiu que iriam dar uma resposta questionando a Câmara se consideraria este dossier encerrado, ao que a Câmara informou que só se consideraria fechado no momento de o remeter à apreciação da Assembleia Municipal, considerando porém que deveria ser encerrado o quanto antes.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Pedi a palavra o vereador José Banha que ao observar o Acordo de Cooperação, verificou que o valor destinado à freguesia de Amareleja de cerca de vinte e quatro mil euros o que lhe suscitava dúvidas comparando este valor ao destinado à freguesia de Póvoa de S. Miguel que ronda os vinte e cinco mil euros dado que o Presidente havia referido não seria por capitação mas sim por verba própria, sendo que a Câmara Municipal está instalada em Moura, não detinham deste modo, as juntas de freguesia urbanas, tantas competências delegadas como as freguesias rurais. Neste contexto questionou qual a evolução destes valores nos últimos oito anos, tendo em conta a existência da Central há já oito anos a operar e as premissas que o Presidente da Câmara havia elencado de solidariedade, com as quais referiu concordar, devendo contudo também atender-se a que nos últimos projectos/investimentos existentes no concelho o que havia dado maior rentabilidade foi a Central Fotovoltaica instalada na freguesia de Amareleja, cujo retorno financeiro abrangia todo o concelho de Moura, voltando a frisar que a Amareleja seria de há uns anos a esta parte “responsável” por si só e decorrente desse projeto a parte que mais haveria contribuído para o desenvolvimento de todo o concelho.-----

-----No uso da palavra o Presidente clarificou a matéria em relação áquilo que foi o processo da Central Fotovoltaica frisando que quem havia contribuído para o avanço desse projeto não tinha sido nenhum responsável político da Amareleja, mas sim o Presidente da Câmara Municipal e contra a vontade de muita gente onde se inclui o actual Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja que muito se havia debatido em sessões públicas para que esta não fosse concretizada, tendo sido este um projeto particularmente “doloroso” a esse nível, com muita gente a tentar “miná-lo”, fazendo todo o possível para que este não avançasse, acrescentando ainda que se mais investimentos não chegaram a avançar nessa freguesia devia-se ao facto do Estado e dos sucessivos governos privilegiarem de forma muito clara as sedes de concelho exemplificando com os dois maiores investimentos deste concelho em curso (Ribeira da Perna Seca em Sobral da Adiça e Pavilhão das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Cancelinhas em Amareleja) os quais têm financiamento zero do Estado porque, frisou, o esforço que existe de concentração em investimentos feitos na sede de concelho muitas vezes atingem financiamentos de noventa por cento, como o foi o Posto de Recepção ao Turista que teve um custo significativo em termos de obra, cerca de seiscentos mil euros, custou à Câmara Municipal de Moura sessenta mil euros, tendo o restante valor sido suportado pelo Instituto de Turismo e pelos Fundos Comunitários. Em relação aos dados solicitados, informou que naturalmente fá-los-ia chegar, acrescentando que existindo dúvidas face a esta proposta deixava a sugestão de em relação ao presente contrato, este fosse para já retirado e novamente submetido à apreciação na próxima reunião de Câmara.-----

-----Pedi a palavra o vereador José Banha, para referir que quando é abordada pelo Presidente a questão do projeto da Central Fotovoltaica e tendo conhecimento efetivo de um conjunto de pessoas na altura se apresentarem contra este investimento, que em sua opinião considerava um projeto válido, registando contudo que a população em geral não tivesse sido auscultada na altura bem como tivesse tido pouco esclarecimento acerca deste, pelo que em sua opinião a posição tomada face ao projeto havia sido muito centralizada ao nível da Câmara, não sendo esclarecedor em termos de ação. Continuou ainda, referindo que “o todo seria a soma das partes”, ressaltando no entanto, em seu entender, que a freguesia de Amareleja não seria uma “parte” qualquer. Ao analisar no acordo o total dos 25% do valor das águas a transferir, que perfaz os dezasseis mil e duzentos euros, significaria que aí a faturação é mais elevada por existe uma maior concentração populacional a habitar naquela freguesia.-----

-----Pedi a palavra o vereador Joaquim Simões para esclarecer que à data, era membro da Assembleia de Freguesia de Amareleja, tendo por essa razão conhecimento do processo, acrescentando que, na altura o valor que era pago pelos Serviços Florestais por toda a área do Baldio não chegava ao valor de sete mil euros, sendo actualmente o valor de renda anual da ocupação do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

espaço da Central Fotovoltaica fica perto dos noventa mil euros, sendo este o valor da receita que entra na Junta de Freguesia de Amareleja.-----

-----O Presidente da Câmara interveio para esclarecer que à época da realização do projeto da Central, houve uma tentativa de auscultação da população, a esta altura seria fácil fazer uma manipulação da informação, sobretudo quando aquilo com que se avançava eram dados de carácter sentimental, nomeadamente “vamos perder o Aeródromo”, que em sua opinião não servia para absolutamente nada, estando inclusivamente fora das cartas da aeronáutica, mas ao ser uma informação falsa, era avançada como sendo algo absolutamente imprescindível para o desenvolvimento da freguesia e do turismo a nível regional. Mais mencionou que quando se quer alargar muito o âmbito de discussão e quando se quer fazer desta uma espécie de pseudo democracia, por norma nunca se chega a lado nenhum. Confirmou que existem de facto rendas no valor de noventa mil euros que fazem parte dessa mesma negociação e que se irão manter durante muitos anos, pelo que havendo de momento investimentos em curso e outros que estão preparados a Câmara estaria em condições de conseguir um relativo equilíbrio, reconhecendo a Câmara Municipal a importância da freguesia de Amareleja, acrescentando que quando o vereador José Banha referiu os dezasseis mil euros relativos à cobrança da água tal verba devia-se precisamente ao reconhecimento da importância da freguesia.-----

-----Após esta intervenção o vereador Francisco Canudo Sena salientou que seria manifestamente reconhecida a dificuldade relacional existente entre o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, não tendo importância de qual o lado em que poderia estar a razão, pretendendo apenas que fosse dada resposta às questões suscitadas pelo vereador José Banha.-----

-----O DOCUMENTO FOI RETIRADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

-----PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E DE PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

CONCELHO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SAFARA E SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO -----

-----DOC.12/21 -----

-----Tendo em conta o enquadramento legal relativamente à delegação de competências entre o Município e as Freguesias e considerando o interesse no estabelecimento de formas de cooperação, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, de acordo de execução, de contrato interadministrativo e de programa de apoio às localidades do concelho com a União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RELATIVO AO ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE SAFARA E SANTO ALEIXO. -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E DE PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA -----

-----DOC.13/21 -----

-----Tendo em conta o enquadramento legal relativamente à delegação de competências entre o Município e as freguesias e considerando o interesse no estabelecimento de formas de cooperação, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, de acordo de execução, de contrato interadministrativo e de programa de apoio às localidades do concelho com a Freguesia de Sobral da Adiça.--

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RELATIVO AO ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E DE PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A FREGUESIA DA PÓVOA DE SÃO MIGUEL -----

-----DOC.14/21 -----

-----Tendo em conta o enquadramento legal relativamente à delegação de competências entre o Município e as freguesias e considerando o interesse no estabelecimento de formas de cooperação, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, de acordo de execução, de contrato interadministrativo e de programa de apoio às localidades do concelho com a Freguesia de Póvoa de S. Miguel. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RELATIVO AO ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E PROGRAMA DE APOIO ÀS LOCALIDADES DO CONCELHO COM A FREGUESIA DE PÓVOA DE SÃO MIGUEL. -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE ACORDO TRIPARTIDO A ASSINAR COM A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS MERTOLENGOS E COM A HERDADE DA CONTENDA, E.M. -----

-----DOC.15/21 -----

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura, a submeter à apreciação do órgão executivo a proposta de Acordo Tripartido a assinar com a Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos e com a Herdade da Contenda, E.M.. -----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para mostrar regozijo que este acordo esteja resolvido em definitivo até ao ano 2017, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

entanto, mostrou ter algumas dúvidas face à cláusula segunda, nomeadamente a área efectiva ocupada pela vacada, bem como o estado sanitário desta, lamentando que a Câmara não tivesse conhecimento face a esta matéria, o que demonstra que as respostas dadas pelo Presidente a interpretações anteriores formuladas pelos vereadores do Partido Socialista sobre a vacada da Contenda EM, não correspondiam à real situação da mesma, coisa que se tinha percebido pelo teor das respostas, fazendo ainda referência à cláusula terceira frisando a área irrisória de plantação de cem árvores até ao final do ano 2015. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ACORDO TRIPARTIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA, A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS MERTOLENGOS E A HERDADE DA CONTENDA, E.M.. --- -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O MOURA ATLÉTICO CLUBE -----

-----DOC.16/21 -----

-----Foi presente proposta do Presidente, a submeter à apreciação do Órgão Executivo o Protocolo a celebrar entre o Moura Atlético Clube e a Câmara Municipal de Moura para a época desportiva de 2014/2015.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E O MOURA ATLÉTICO CLUBE PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2014/2015.-----

-----PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS / ADITAMENTO E RATIFICAÇÃO DE CONTRATO PROMESSA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA.-----

-----DOC.17/21 -----

-----No âmbito do projeto de Ligação de Esgotos à ETAR de Moura e atendendo à necessidade de aquisição de terrenos atravessados por um colector de ligação à mesma, atendendo ainda à urgência da intervenção da Câmara Municipal nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

referidos terrenos, foi celebrado contrato de promessa de compra e venda em que o município promete comprar aos seus donos e legítimos possuidores, o prédio denominado "Barreiras do Lagar", "Barranco de São Sebastião" e prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 976 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor total de cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito euros. Neste âmbito foi presente proposta de aquisição dos imóveis referidos nos termos e condições propostos no contrato, na proposta e relatório de avaliação dos imóveis.

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, ADQUIRIR OS BENS IMÓVEIS REFERIDOS NOS TERMOS E CONDIÇÕES PROPOSTOS NO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.-----

-----FOI AINDA APROVADO RATIFICAR O ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA NO QUE SE REFERE À ENTREGA DO REFERIDO CONTRATO PROMESSA.-----

-----PROPOSTA DE ACOLHIMENTO DE MICROEMPRESAS SITO NO PARQUE TECNOLÓGICO DE MOURA – DENÚNCIA DE PROTOCOLO-----

-----DOC.18/21 -----

-----No âmbito do Protocolo de Cooperação para a Construção e Exploração do Ninho de Empresas de Moura celebrado entre o Município de Moura e a Rota do Guadiana no ano de 2005, tendo à data as duas entidades comprometido na obtenção de financiamentos necessários à construção da infraestrutura, a qual ficaria na propriedade comum do Município e da Associação, compropriedade que entretanto não contudo não chegaria a ser formalizada e não existindo actualmente interesse por parte das duas entidades, foi presente proposta de atribuição de cinquenta mil euros à Rota do Guadiana atendendo ao investimento já efectuado, compensando-se a associação da quota-parte do mesmo, ficando o Município na sua posse plena e único proprietário das referidas infraestruturas, sendo a gestão do Centro de Acolhimento de Microempresas de Moura entregue à Lógica E.M., que disponibilizará as instalações a empresas do concelho em início de actividade nos termos da referida proposta.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No âmbito da presente proposta o vereador Francisco Canudo Sena manifestou ser em seu entender um mau negócio, um mau protocolo e um mau entendimento, tendo em conta as dificuldades financeiras que se atravessam, pelo que mostrou discordância com a valor de 50.000€ que a Câmara Municipal pretendia pagar à Rota do Guadiana. Em resposta a esta situação concreta o Presidente referiu que a Câmara ficaria com a posse plena do edifício, com vista a ceder este espaço a empresas que ali se quisessem instalar, dinamizando o local que ficaria a custo zero para as mesmas. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena voltou a referir pensar ter sido um mau negócio a anterior relação contratual com a Rota do Guadiana.-----

-----DELIBERADO, POR TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE CINQUENTA MIL EUROS À ROTA DO GUADIANA, ATENDENDO AO INVESTIMENTO JÁ EFECTUADO, COMPENSANDO ESTA DA SUA QUOTA-PARTE, FICANDO O MUNICÍPIO NA SUA POSSE PLENA E ÚNICO PROPRIETÁRIO, SENDO A GESTÃO DO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MICROEMPRESAS DE MOURA ENTREGUE À LÓGICA E.M., QUE DISPONIBILIZARÁ AS INSTALAÇÕES A EMPRESAS DO CONCELHO EM INICIO DE ACTIVIDADE NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. -----

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----XXXIV FEIRA DO ARTESANATO DE MOURA / V MOSTRA DE AROMAS E SABORES 11 A 14 DE SETEMBRO DE 2014 - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO DE PETISCOS -----

-----DOC.19/21 -----

-----Foi presente, para análise e aprovação a proposta das Normas de Participação no Concurso de Petiscos, referente ao certame acima mencionado nos termos e com os fundamentos da informação nº 56/2014 da DADAC. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DAS
NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO DE PETISCOS NO ÂMBITO DA
XXXIV FEIRA DO ARTESANATO DE MOURA / V MOSTRA DE AROMAS E
SABORES 2014.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROGRAMA DA XXXIV FEIRA DO
ARTESANATO DE MOURA E V MOSTRA DE AROMAS E SABORES 11 A 14 DE
SETEMBRO DE 2014 -----

-----DOC.20/21 -----

-----Foi presente para análise e aprovação o Programa da XXXIV Feira do
Artesanato de Moura e V Mostra de Aromas e Sabores, a decorrer entre 11 e 14 de
Setembro. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROGRAMA DA
XXXIV FEIRA DO ARTESANATO DE MOURA E V MOSTRA DE AROMAS E
SABORES, A DECORRER ENTRE 11 E 14 DE SETEMBRO DE 2014. -----

DIVISÃO DA CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO

-----PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À CASA DO POVO DE SAFARA NO
ÂMBITO DO PROGRAMA OTL/2014 DURANTE OS MESES DE JULHO E DE
AGOSTO -----

-----DOC.21/21 -----

-----Tendo por base o ponto 8º do acordo protocolar em vigor entre a Câmara
Municipal de Moura e a Casa do Povo de Safara e levando em consideração o
interesse do programa de OTL/2014 apresentado por esta última destinado a
crianças e jovens da freguesia de Safara durante os meses de julho e agosto, foi
presente proposta da vereadora Maria do Céu Rato de atribuição de uma verba no
valor de trezentos euros. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE
ATRIBUIÇÃO DE UMA VERBA NO VALOR DE TREZENTOS EUROS, À CASA
DO POVO DE SAFARA, NO AMBITO DA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

OTL/2014 APRESENTADO POR ESTA ÚLTIMA, DESTINADO A CRIANÇAS E JOVENS DA FREGUESIA DE SAFARA DURANTE OS MESES DE JULHO E AGOSTO.-----

-----**DIVISÃO AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO**-----

-----**PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO PROGRAMA "ERASMUS" + JUVENTUDE EM AÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA "MAIS JOVEM"**-----

-----**DOC.22/21**-----

-----No âmbito do programa "Mais Jovem", relativamente à comunicação e valorização do papel da juventude no desenvolvimento local, foi presente proposta do vereador Joaquim Simões de apresentação de candidaturas ao programa ERASMUS+/JUVENTUDE EM AÇÃO, nos termos e com os fundamentos da informação nº37 de 14/08/2014 da DASSE.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO PROGRAMA ERASMUS+/JUVENTUDE EM AÇÃO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº37 DE 14/08/2014 DA DASSE.**-----

-----**PROPOSTA DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS - LIVROS E MATERIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2014-2015 PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO**-----

-----**DOC.23/21**-----

-----No âmbito das competências da Câmara Municipal definidas na Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, alínea d) do artº 23º e alínea h) do artº 33º, foi presente proposta para aprovação os Auxílios Económicos - livros e material escolar - para os alunos do 1.º ciclo referentes ano letivo 2014-2015.-----

-----No âmbito da proposta supramencionada o vereador Francisco Canudo Sena questionou o porquê da proposta dos auxílios económicos em causa, uma vez que algumas Juntas de Freguesia disponibilizam apoios e outras não, criar-se-ia uma falta de equidade, porquanto haveria crianças privilegiadas relativamente a outras, por duplicação de apoios escolares, ao que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Presidente da Câmara retorquiu que à Câmara Municipal o que era da Câmara e às Juntas de Freguesia o que era das Juntas de Freguesia.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS LISTAS DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS - LIVROS E MATERIAL ESCOLAR - PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO, REFERENTES ANO LETIVO 2014-2015.**-----

-----**DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO**-----

-----**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO "PAVILHÃO SOLAR" NA ESCOLA DAS CANCELINHAS EM AMARELEJA / ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS**-----

-----**DOC.24/21**-----

-----De acordo com o parecer do Chefe da DOMC, exarado na informação nº 222 de 12/08/2014, foi presente para aprovação proposta do Presidente da Câmara de 14/08/2014.-----

-----Pedi a palavra o vereador José Banha expressando que inicialmente julgava que o referido Pavilhão teria uma maior capacidade em termos de espaço do que o agora observado, alegando pensar que este teria espaço para acolher um maior número de pessoas. Tendo em conta que o projeto foi alvo de candidatura, questionou se eventualmente a verba que se prevê receber não se concretizar, com que montante é que a Câmara pretendia terminar a obra em causa.-----

-----Em resposta, o Presidente esclareceu que investimento em causa prova que a candidatura para financiamento que foi apresentada permitiria um apoio importante em caso de aprovação. Contudo, esta seria feita com base naquilo que se encontrava previsto no orçamento municipal e a obra seria concluída em 2015, com dinheiros comunitários ou sem eles.-----

-----O Presidente propôs cinco minutos de interrupção da reunião, retomando-a após esta, com a leitura de um artigo de opinião sobre o Pavilhão das Cancelinhas que publicaria no próximo jornal "A Planície" e dizendo que o vereador José Banha só tinha sobre esta matéria dito disparates. O vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para dizer que a licitude que assistia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ao Presidente para dizer que os Outros diziam disparates era a mesma licitude que assistia aos Outros em dizer que também Ele dizia disparates. Até porque não era a primeira vez que o Presidente se dirigia aos vereadores com este tipo de observação, e sendo que se o repetisse lhe assistia o direito e por isso diria, que o Senhor Presidente era mal-educado.-----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRES ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS INDICADOS NO PLANO DE TRABALHOS DO EMPREITEIRO.-----

-----EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO MATADOURO PARA MUSEU MUNICIPAL DE MOURA - SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS DO REVESTIMENTO SUPERIOR DA COBERTURA -----

-----DOC.25/21 -----

-----De acordo com o parecer do Chefe da DOMC, exarado na informação nº 221 de 12/08/2014, foi presente, para aprovação despacho do Presidente da Câmara de 14/08/2014, relativo ao pedido de suspensão parcial dos trabalhos de revestimento superior da cobertura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS DE REVESTIMENTO SUPERIOR DA COBERTURA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 221 DE 12/08/2014 DA DOMC.-----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período interveio a munícipe Marina Moita, a qual fez saber que na artéria onde habita – Rua de S. Pedro verifica-se que além da falta de limpeza da mesma existe um estacionamento abusivo, dificultando-lhe frequentemente o acesso à sua porta de entrada. À semelhança de outras intervenções já feitas, voltou a frisar a falta de trabalho e consequentemente as dificuldades financeiras com as quais se vê confrontada diariamente, chegando mesmo a fazer referência a que a Câmara acaba por monopolizar o acesso das mesmas pessoas aos postos de trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

inclusivamente referindo ter conhecimento de várias pessoas que de há dezanove anos a esta parte usufruem desse privilégio. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 27 de agosto de 2014

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____